



ATA Nº3

20 de dezembro de 2013

ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE ALVERCA DO RIBATEJO E SOBRALINHO

Rua Dr. Miguel Bombarda, nº.23

2615-125 Alverca

Ata n.º 3

Ao vigésimo dia do mês de dezembro de dois mil e treze, pelas vinte e uma horas e dez minutos, reuniu em sessão ordinária, no Fórum Cultural da CHASA, a Assembleia de Freguesia de Alverca do Ribatejo e Sobralinho.

Estiveram presentes:

PARTIDO SOCIALISTA

Manuel Domingos da Conceição Lourenço
Luciana Maria Maia Nelas
António Espada Pereira
José Manuel Morais Chumbo
Ana Sofia da Silva Paiva Pires
Maria Clara Rodrigues Soares Neto Negrinho
José Manuel Pascoalinho das Neves
Isabel Alexandra Garcia Barbosa dos Santos
João Pedro Pinto Baião

COLIGAÇÃO DEMOCRÁTICA UNITÁRIA

Carlos Manuel Gonçalves
Quitéria Margarida Soares Constantino Meireles
Fernando de Carvalho Moreira
António Augusto Marques Sequeira
Pedro Ferreira
João Arcadinho
Vitor Manuel Guterres Torres

COLIGAÇÃO NOVO RUMO

Carlota do Nascimento Borges Bernardo de Pina
Helder António de Oliveira Careto

BLOCO DE ESQUERDA

Maria do Carmo de Sousa da Costa Dias

A Sra. Presidente da Assembleia de Freguesia iniciou a sessão de trabalhos, cumprimentando em primeiro lugar, o Presidente do Executivo, Senhor Afonso Costa, o restante Executivo, os cargos eleitos, público em geral, comunicação social e funcionários da Junta. De seguida, procedeu-se à informação dos pedidos de substituição existentes, por parte da bancada da CDU, foi substituído o Sr. Ângelo Lopes pelo Sr. João Arcadinho, na mesma bancada foi efetuado ainda o pedido de substituição da Sra. Carla Alexandra Tavares pelo Sr. Pedro Ferreira. Na bancada da Coligação Novo Rumo, o Sr. José Carlos Adão Conde foi substituído pelo Sr. Helder António de Oliveira Careto.

Período Antes da Ordem do Dia, a Sra. Presidente da Assembleia passou a aprovação das atas. Começou pela votação da primeira ata referente à instalação da assembleia de freguesias de Alverca do Ribatejo e Sobralinho, de imediato o Sr. Carlos Gonçalves da bancada da CDU, referiu que a referida ata, mencionava erradamente que a declaração de voto teria sido feita pelo Sr. Carlos Gonçalves quando efetivamente foi feita pelo Sr. Fernando Moreira, em que a Sra. Presidente informou que o erro já tinha sido identificado e corrigido, pelo que a mesma irá posteriormente ser entregue e substituída. Passou-se de imediato à votação, tendo sido aprovada com 2 Abstenções. O Sr. Helder Careto justificou a sua abstenção pelo facto de não ter estado presente nessa assembleia.

Passou-se à votação da segunda ata, interrompendo a votação, o Sr. Carlos Gonçalves da bancada CDU, mencionou que terão de considerar 3 abstenções em relação à primeira ata, tendo assim a Sra. Presidente da Assembleia chamado a atenção do eleito da bancada da CDU para o facto de não ter levantado o braço no momento devido, considerada a abstenção, rectificou-se a votação da primeira ata. Assim a primeira ata foi aprovada com 3 Abstenções.

Dando início, à votação da segunda ata, a Sra. Presidente da Assembleia teve de intervir para a definição de voto do Sr. João Arcadinho da bancada da Coligação Democrática Unitária, assim a mesma foi aprovada com 3 Abstenções.

Após a aprovação das atas, a Sra. Presidente da Assembleia sugeriu que os eleitos das bancadas que se quisessem inscrever para o período que antecipa a Ordem do Dia, o fizessem agora. Passou-se, então, à inscrição das diversas bancadas. A Sra. Presidente da Assembleia propôs, caso concordassem e dado o número de intervenientes inscritos por parte da Coligação Democrática Unitária, que fossem cumpridos 10 minutos de intercessão por cada bancada, a fim de ser respeitado o período que antecede a Ordem do Dia, não havendo discordância da parte das bancadas procedeu-se às intervenções.

Os inscritos para o período antes da Ordem do Dia foram: O Sr. José Chumbo do Partido Socialista, o Sr. João Pedro Baião do Partido Socialista, a Sra. Quitéria Meireles da Coligação Democrática Unitária, Sr. Fernando Moreira da Coligação Democrática Unitária, Sr. Vitor Torres da Coligação Democrática Unitária, o Sr. Helder Careto da Coligação Novo Rumo e a Sra. Maria do Carmo do Bloco de Esquerda.

A Sra. Presidente da Assembleia, deu a palavra à Sra. Quitéria da bancada da CDU, sendo interrompida por parte do Sr. José Chumbo da bancada do PS, que cumprimentando todos os presentes fez uma pequena chamada de atenção à Senhora Presidente da Mesa da Assembleia referindo que normalmente o início do período começa pelos elementos das forças partidárias mais votadas, a Sra. Presidente da Assembleia, alegou que cumpria a ordem de inscrição.

Assim, foi dada palavra ao Sr. José Chumbo do PS, que pretende enquadrar o executivo para o tema da degradação do caminho de transportes públicos entre o Centro de Formação Profissional e a Escola Gago Coutinho, que passados 2 anos continua na mesma ou pior, apesar de a Câmara Municipal ter efectuado arranjos. O intuito é dar conhecimento ao Executivo e também saber se existe alguma influência por parte do executivo junto da Câmara para resolução do problema.

Foi dada a palavra à Sra. Quitéria da CDU, que manifestou que as freguesias de Alverca do Ribatejo e Sobralinho deveriam expressar um voto de pesar pelo falecimento de Nelson Mandela, passando à leitura do mesmo. Após terminado, D. Quitéria fez chegar às bancadas o referido voto. Caso seja aprovado, os eleitos da CDU solicitam o envio para: Presidência da

Assembleia da Republica, Grupos Parlamentares, Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, Associação Nacional de Freguesias, Associação Nacional de Municípios Portugueses e Comunicação Social.

A Sra. Presidente da Assembleia deu a palavra à Sra. Sofia Pires da bancada do Partido Socialista, que cumprimentando todos os presentes, sublinhou que se trata da sua primeira intervenção na assembleia de freguesia. Queria deixar duas questões, mais directamente ao Sr. Presidente do Executivo, relacionadas ao caso da união de freguesias, nomeadamente à vila do Sobralinho e relativa à construção da EB1, qual o ponto de situação em que estamos e para quando o arranque dessa mesma construção que tanta falta faz à freguesia do Sobralinho, ou melhor à união de freguesias de Alverca do Ribatejo e Sobralinho. A outra questão, que afeta também a união de freguesias e que está relacionada com a educação, tem a haver com a Escola Secundária Gago Coutinho e com o facto das obras estarem paradas e os edifícios novos não poderem ser utilizados, por impedimento da Administração Central e do Parque Escolar, e o perigo existente relativamente às atuais instalações que podem causar alguns danos à população escolar, aos funcionários e à comunidade educativa, nomeadamente as saídas de emergências. Por último, deixar uma situação direccionada à Sra. Presidente de Assembleia, também levantada por alguém do Movimento Associativo da antiga freguesia Sobralinho e agora União das Freguesias, que tem a haver com a nomenclatura, com a utilização e junção do brasão da freguesia do Sobralinho. Tendo em conta a legislação em vigor, Lei nº.11/A-2013, de 28 de janeiro, cuja designação é clara, que deve constar em todos os documentos oficiais. Ressalvando, que neste momento, todos os pormenores são importantes. A Sra. Presidente da Assembleia finalizou a intervenção, dizendo que vai ter em consideração o reparo, passando a palavra ao Sr. Helder Careto da Coligação Novo Rumo.

O Sr. Helder Careto, usando da palavra, dirigiu cumprimentos à Sra. Presidente de Assembleia e respetivas secretárias, ao Presidente da União das Freguesias de Alverca do Ribatejo e Sobralinho, aos restantes membros do executivo, aos colegas presentes, à comunicação social, público e funcionários da Junta. Referindo, de seguida, que teria algumas questões a colocar, nomeadamente acerca da eventual expansão do Quartel dos Bombeiros Voluntários de Alverca, para o mesmo local onde estão três jazigos do antigo cemitério de Alverca e a indefinição da propriedade desses jazigos, apesar dos editais públicos e das tentativas de comunicação tem dificultado essa pretensão, sendo este também um espaço que a Junta quer usar para construir. A questão é, como é que está a situação do cemitério antigo em relação a esses jazigos de modo a viabilizar a pretensão de expansão do quartel dos bombeiros, em troca dos armazéns situados entre o Continente e a Galp? Relativamente, a resíduos depositados na Rua Projectada ao Choupal, próximo da rotunda, será necessário proceder à limpeza, primeiro, identificar a origem e detetar os infratores e, averiguar na zona se haverá necessidade de ser colocado um contentor de RSU. Alguns cidadãos referem que continuam a circular pela rua alguns cães de grande porte sem açaime, nem trela, bem como a deposição de dejetos quer nos canteiros, quer nos passeios, onde estão proibidos de circular. Pretende-se saber o que a Junta pretende fazer sobre este assunto. Relativamente aos tradicionais contentores de resíduos sólidos urbanos, continuam a cair propostas e sugestões para que em muitas localizações e sempre que possível, sejam colocados contentores enterrados não só pelo aspecto estético mas também para evitar que muitos resíduos sejam depositados ao lado dos mesmos e ainda que os carros estacionem junto aos contentores dificultando a operação e o acesso aos mesmos efectuado por parte dos serviços municipais. Na Rua Projectada ao Choupal, ao pé da escola do Brejo, existem lombas degradadas na proximidade dessa escola, era importante averiguar essa situação colocando novas lombas de asfalto ou lombas de borracha, que são significativamente mais baratas. Há também uma questão relativa ao

ordenamento de circulação de peões na Rua da Indústria em direcção ao Continente, os peões com muita frequência circulam na via, atravessando até à zona da curva, tornando a situação perigosa para todos, existe passeio do lado nascente e também aí é frequente o estacionamento indevido, dificultando a circulação de peões e automóveis, qual a proposta da Junta em relação a esta matéria? Outra questão é o corte que foi efectuado em algumas árvores na via pública, nunca foram substituídas, restando o tronco e a raiz, uma foi quebrada pelo vento e no seu lugar foi colocada calçada; qual a política da Junta em relação aos arranjos exteriores e manutenção de jardins e árvores, considerando que está em vigor um Regulamento Municipal de Espaços Exteriores? Relativamente ao sistema de rega dos espaços públicos, um cidadão colocou a questão se haveria possibilidade de automatização dos referidos sistemas de rega que evitem que eles funcionem em dias de chuva, por considerar, de facto, um desperdício de água. Relativamente, à degradação do recinto desportivo do Parque das Oliveiras, este recinto de basquete está degradado, os postes de meio metro de altura que o delimitam estão podres e com arestas e tornam-se perigosos para as crianças, o betão da laje está partido e tem arestas vivas além das garrafas partidas que pessoas que vão para lá consomem e deixam. Em frente ao antigo edifício de gaveto, do outro lado da paragem de autocarros, no cruzamento entre Av. Infante D. Pedro e a Estrada Nacional, que apanha também a Rua da Boca Lara, o atravessamento em frente a esse edifício de gaveto é proibido, por existirem passadeiras nesses mesmos locais, contudo junto ao cemitério o passeio é muito estreito e os peões continuam sistematicamente a atravessar a via fora das passadeiras, colocando-se em perigo a eles e aos condutores que circulam na via, qual é que a percepção do executivo face a este problema e qual a hipótese de construção de uma rotunda naquele local? Existe uma situação de obras perigosas a decorrer na zona Quinta de Drogas, que tem problemas evidentes em termos de sinalização e delimitação, há sacos de cimento que ficam fora de delimitação da obra, houve a situação da esposa de um colega que caiu num desses buracos por falta de tampa de saneamento, estando apenas tapada com tábuas fracas; qual a política relativamente ao acompanhamento das obras em via pública, arrolamentos e passeios, bem como medidas de segurança relativamente aos peões? No Bairro da Arcena, no entroncamento com a Rua Ferreira de Castro com a Rua das Andorinhas, em Arcena, há uma rua com terras e pedras, no sentido descendente provoca estragos, fazendo com que nas primeiras chuvas venha terra e pedras a rebolar. Relativamente ao elevador na passagem pedonal superior entre o Centro Comercial Parque e o Jardim Álvaro Vidal não está a funcionar há anos, dá muito mau aspecto e está constantemente a ser vandalizado, o que se pretende fazer em relação a isto? Aproveitou, a Sra. Presidente da Mesa da Assembleia para informar o Sr. Helder Careto que disponha de 30 segundos para terminar. O Sr. Helder Careto agradeceu a informação, continuando a sua exposição. Assim, entre a rotunda de acesso à auto-estrada, ao lado da Malvarosa, este assunto já tinha sido colocado na Assembleia Municipal no mandato anterior, continuam os peões a atravessar esta via extremamente perigosa, os carros passam a grande velocidade, os peões não usam a passagem pedonal superior e ainda por cima fizeram-se escadas na Malvarosa para aceder às paragens de autocarros, dum lado e do outro, que possibilitam e facilitam o acesso ao atravessamento destas mesmas vias, altamente perigosas. O Sr. Helder Careto terminou assim a sua intervenção.

A Sra. Presidente de Assembleia passou a palavra ao Sr. Fernando Moreira, da bancada da CDU, que de imediato procedeu à leitura integral da Moção, Sobre o Orçamento de Estado para 2014. No final, salientou que caso a referida Moção (A) fosse aprovada enviar para: Presidência da Assembleia da República, Grupos Parlamentares, Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, Associação Nacional de Freguesias, Associação Nacional de Municípios Portugueses e Comunicação Social. Terminou agradecendo.

A Sra. Presidente de Assembleia, também agradeceu ao Sr. Fernando Moreira da CDU, entretanto, pediu para se iniciar as inscrições para quem quisesse intervir por parte do público, informando que a mesma teria lugar por volta das 22 horas. Passou então, a palavra à D. Maria do Carmo do Bloco de Esquerda.

Tomou a palavra a D. Maria do Carmo, cumprimentando todos os presentes, começou por dizer que a sua intervenção iria ser muito breve, ficando assim com crédito para a próxima sessão. Começa por lamentar, embora diga pessoalmente que até a beneficia, o facto da sessão decorrer na CHASA, tal e qual como a anterior, mas não está para ter benefícios pessoais, o que lamenta, porque ficou dito e quase prometido na anterior, que a próxima seria no Sobralinho. Portanto, como aqui também já foi focado pela Sra. Eleita do Partido Socialista e que concorda, relativamente aos símbolos, ao brasão, toda a identificação e a nomenclatura, e como de facto nem sequer podemos dizer que Alverca agregou o Sobralinho mas, pelo contrário, houve sim uma união de freguesias, acha que o Sobralinho já merece e propõe então que a próxima seja feita lá. Também aqui já foi referida as obras a decorrer na Quinta das Drogas, nomeadamente na Rua do Trabalhador e na Rua da Indústria, mas queria reforçar o seguinte, também se tem vindo a prometer cumprir a lei no que se trata ao rebaixamento dos passeios junto às passadeiras para facilitar o acesso a todos os cidadãos e de facto tornar Alverca naquilo que ainda não é, numa cidade pedonável e também ciclável. O Sr. Presidente já no mandato anterior prometeu que em obras novas que fossem feitas os passeios seriam rebaixados, no entanto, reparou com desagrado, que na Rua do Trabalhador no entroncamento com a Rua da Juventude, a obra parece estar concluída e o passeio não foi rebaixado, também na zona do Brejo onde o calcetamento do passeio parece estar concluído, o rebaixamento também não foi feito junto às passadeiras. Uma chamada de atenção ao Sr. Presidente, estamos no século XXI, é importante não só cumprir a lei mas ao mesmo tempo pensar em todos os cidadãos, nomeadamente os cidadãos com mobilidade mais reduzida. Também a Gago Coutinho já foi referida, no entanto choca o facto das obras estarem paradas, sabendo que a responsabilidade é do Parque Escolar, acha que a Junta de Freguesia poderia fazer alguma pressão, mas ao ler a notícia que as portas de emergência se encontram bloqueadas, acha que é muito grave, e aí sim, a Junta terá que fazer alguma coisa porque é inadmissível, ainda mais tratando-se de um estabelecimento escolar e colocar em perigo a vida de toda a comunidade, alunos, professores, funcionários, etc. E ainda relativamente à Gago Coutinho e também em frente à Escola Pedro Jacques Magalhães, dado a situação ser muito semelhante, o espaço exterior é um pouco exíguo sobretudo para a quantidade de carros que lá estacionam, que tem a haver com a falta de cidadania de algumas pessoas, que estacionam em locais que não deviam fazer e a saída da Escola Gago Coutinho encontra-se de tal forma congestionada que se um dia houver uma saída de emergência em simulacro ou não, será bastante complicada. Gostaria que a Junta de Freguesia se debruçasse sobre este assunto, verificasse a possibilidade de proibir o estacionamento junto ao portão, talvez o simples facto de colocar uma faixa amarela, não será solução completa, mas facilitará a eventual medida de segurança da escola. Terminando assim a sua intervenção.

A Sra. Presidente da Assembleia agradeceu à Sra. Maria do Carmo do Bloco de Esquerda e deu a palavra ao Sr. Pedro Baião da Bancada do Partido Socialista.



O Sr. Pedro Baião começou por cumprimentar a Sra. Presidente da Assembleia de Freguesia, primeira e segunda Secretárias, Executivo, colegas de Bancada, Comunicação Social funcionários da Junta e público presente. Duas breves questões relativas ao Sobralinho, uma delas, sobre as obras que estão a decorrer da LisboaGás, perguntar se os prazos estão a ser cumpridos e se sim, para quando o término da obra. A outra questão, relativamente ao Bairro novo da Figueira, se a obra de saneamento básico está a decorrer dentro do expetável, qual o prazo previsto para o término da mesma e o qual ponto da situação neste momento. E deu assim por terminado.

A Sra. Presidente de Assembleia agradeceu a intervenção e passou de imediato a palavra à Bancada da Coligação Democrática Unitária na voz do Sr. Vítor Torres.

O Sr. Vítor Torres dirigiu-se a Sra. Presidente da Assembleia de Freguesia, Sr. Presidente da Junta de Freguesia, Executivo, Eleitos e público em geral, passando de imediato a ler a segunda Moção (B) apresentada, “Em Defesa das Freguesias – Pela Devolução das Freguesias às Populações”. Disse, se esta Moção for aprovada enviar para: Presidência da Assembleia da Republica, Grupos Parlamentares, Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, Associação Nacional de Freguesias, Associação Nacional de Municípios Portugueses e Comunicação Social. Terminou.

A Sra. Presidente da Assembleia, agradeceu, pediu atenção para o tempo, uma vez que a Coligação Democrática Unitária ultrapassou o tempo solicitado enquanto todas as outras Bancadas respeitaram. Sendo 22 horas, a Sra. Presidente da Assembleia, deu a voz ao público e de seguida, o Sr. Presidente da Junta responderá a todas as questões colocadas. Assim, deu a palavra ao Sr. Luís Coimbra.

O Sr. Luís Coimbra, cumprimentou o Executivo e todos os presentes, iniciou com uma questão sobre a Nacional 10, relativamente a dois cruzamentos com sinalização semaforica, nomeadamente com a estrada da Estação e Avenida Infante D. Pedro e outro com a Av. Capitão Meleças, entre eles, afastados cerca de 100 metros, existe uma passadeira de peões que permite a circulação pedonal entre a Rua José António do Carmo e a Rua Joaquim Sabino Faria, quando a sinalização está verde para os automóveis na Nacional 10, os peões em determinadas horas fazem parar os carros a “conta gotas”, à imagem do que está a suceder em Vila Franca, junto da Praça Afonso de Albuquerque, ao pé da Câmara, foi colocado um semáforo para ordenar entre os automóveis e os peões. Se fosse possível, à semelhança, colocar aqui também em Alverca, fazendo inicialmente um estudo, um automatismo que ordenasse a travessia dos peões e sincronizado com os outros sinais, para que também houvesse alguma continuidade na circulação dos veículos ligeiros e pesados. Se também tivermos de facto alguma preocupação no aumento de poluição, nomeadamente relativamente ao arranque de camiões que provoca um acréscimo considerável. Sugere que se pense no assunto, dado que em Vila Franca está a funcionar. Relativamente à circulação dos peões nos passeios, existe algumas zonas de Alverca, e tem-se apercebido de um esforço por parte da Junta de Freguesia, na colocação dos pilaretes pintados de cinzento, com cerca de 1 metro de altura, para que os automóveis não galguem os passeios. No entanto, existe ainda em algumas zonas, há cerca de pelo menos 20 anos, um

conjunto de pilaretes rudimentares, com pouco mais de um palmo de altura e que pelo facto de não serem pintados, dão azo a que haja alguns tropeços, acha que é um caso a considerar. Fez uma breve observação sobre a situação do cemitério e a extensão possível do quartel. Fez ainda um reparo à questão levantada pelo elemento eleito da Coligação Novo Rumo, sobre o sistema de rega e criar um automatismo de ligar e desligar o mesmo em dias de chuva, frisou que existem efectivamente, mas os custos são muitos caros, nomeadamente a manutenção dos mesmos, justificando fazendo a comparação com a Tailândia, que tal como nós é um país em dificuldade, e os sistemas de rega são feitos manualmente. E terminou.

A Sra. Presidente da Assembleia, agradecendo e não havendo mais ninguém inscrito, passou a palavra ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia, Sr. Afonso Costa.

O Sr. Presidente da Junta, iniciou cumprimentando a Sra. Presidente da Assembleia e digníssima Mesa, os Senhores Eleitos de todas as Bancadas, Membros do Executivo, Público, Comunicação Social, Dirigentes Associativos e Funcionários da Autarquia em serviço.

Começou por responder ao público, dirigindo-se ao Sr. Luís Coimbra, cumprimentando-o e respondendo à colocação do semáforo na passadeira entre as duas ruas que já o têm na Estrada Nacional 10, acha uma boa sugestão e provavelmente irá solicitar a ajuda para pormenorizar melhor, para fazê-la chegar à Câmara Municipal e Estradas de Portugal. Existe um grande problema, a parte da estrada até ao Jumbo de Alverca continua sobre a jurisdição das Estradas de Portugal, há alguns anos que tem havido um desinvestimento por parte da EP, nas estradas da nossa freguesia, nomeadamente na 10, 10.6 e na 116, mas como EP colocou ontem em leilão as instalações de Alverca, talvez com a venda dos bens, em que a base de licitação anda pelos 125 mil euros, haja um investimento da EP na segurança e na prevenção em Alverca, o que era muito importante. Sobre os pilaretes, conhece o caso, é na Quinta da Vala, quando fizeram as obras na parte detrás para fazer o cais para as ambulâncias e os parques de estacionamento, equacionaram recuperar o passeio que se encontra completamente degradado, mas existe um problema com um proprietário de loja comercial que está entregue ao Tribunal pela parte da fiscalização municipal, porque o referido fez um anexo para guardar os ares condicionados, tiraram os aparelhos e deixaram a casa ao abandono e o caso foi entregue, esperamos, que os Serviços Municipais ou o proprietário retirem o casebre para depois se fazer uma grande requalificação daquela zona, porque nos últimos 2 anos foi feita uma enorme intervenção na Quinta da Vala e falta ali resolver alguns aspetos. A Quinta da Vala tem um grande problema porque é uma zona que está sobre um pântano, as calçadas tiveram um grande desgaste e abatimentos, com alguns prédios com as sapatas à vista. O ano passado conseguiram recuperar todo o passeio junto às Torres que era feito em pavê. É uma zona que iremos dar alguma atenção. Em relação aos pilaretes é uma questão pertinente dado que é um factor de perigo para quem ali circula. E terminou agradecendo as recomendações.

Dirigiu-se à Sra. Presidente da Assembleia e voltando-se para as bancadas, começou por responder ao Sr. José Chumbo do PS, sobre a estrada de acesso aos veículos rodoviários, transportes públicos e aos peões, que fica entre a Escola Gago Coutinho e o Centro de Formação, na passada terça feira recebeu a visita do Executivo Municipal à freguesia de Alverca

8
8.

e do Sobralinho, um dos pontos que foram ver e foi feito o percurso a pé entre a Praceta da Cabine e a Escola Pedro Jacques de Magalhães, houve o compromisso assumido pelo SMAS e pelo Sr. Presidente da Câmara que, assim que o Orçamento estivesse aprovado, ia logo iniciar a obra porque existe grandes abatimentos, causadores de enorme transtornos em especial em tempo de chuva, formando-se ali enormes poças que é um incómodo para quem ali passa a pé e cada vez mais temos uma circulação pedonal a crescer uma vez que as pessoas utilizam mais os comboios, e por essa questão, deixam próximo os carros ou vão a pé. Portanto é uma situação que estão atentos.

Respondendo à D. Sofia Pires do PS, por acaso nesta terça-feira também estiveram nos terrenos onde vão ser construídos na EB 1 e II, na união das freguesias é a única escola que ainda não está a tempo inteiro, é a Escola do Sobralinho, com a construção desta escola vamos colocar, na nossa união, todas as escolas a tempo inteiro, a defesa da escola pública é importante, com estas requalificações que estão a fazer, estamos a dar um contributo para que tanto os alunos, como os professores, como o pessoal auxiliar tenham cada vez melhores condições. A localização é junto ao pavilhão, para que os alunos da escola possam aproveitar o mesmo. A obra não vai começar já em janeiro, porque passa por ali a Ribeira da Graciosa que vai ser deslocada entre 3 e 5 metros, para ficar mais perto da berma para se ganhar algum espaço para o recreio da escola. Em janeiro dar-se-á início à deslocação da ribeira e posteriormente às obras da construção da escola. Não há ainda prazo definido porque houve esta questão, em princípio seria ainda para este ano, mas dificilmente será colocado à disposição das crianças para o ano lectivo de 2014, para 2015 estão convitos que sim. A Gago Coutinho é outro problema, e respondendo também à D. Maria do Carmo do Bloco Esquerda, a última reunião de Câmara foi efectuada na Escola Gago Coutinho, e não foi por acaso, foi uma chamada de alerta para as condições da escola, estão investidos 8 milhões de euros, temos muitas boas salas de informáticas, salas de oficinas, pavilhão, ginásio, balneários, com ótimas condições e que não podem ser utilizadas, que se estão a degradar, há instalações feitas que não são usadas e temos um estaleiro que está a ocupar grande parte da escola, que era utilizada para a prática desportiva e para a prática ao ar livre, foi frisado nesta reunião de Câmara e inclusivé foi convidado um membro da Educação da Assembleia da República para se deslocar à escola, alertado também na reunião de Câmara para a questão da falta de segurança. Os Bombeiros Voluntários de Alverca, a pedido da Direcção da Escola, fizeram uma vistoria e verificou-se que alguns blocos que davam para a zona da obra estão impedidos por tapumes junto às saídas de emergência, especialmente o bloco C, o que é um perigo, a Associação de Pais também já teve uma reunião extraordinária que também debateu este assunto, estamos ativos e atentos sobre este problema. Sabe-se que a Câmara Municipal também já se demonstrou disponível para avançar com o financiamento que falta para, pelo menos, se poder utilizar a parte que já está feita, em princípio, mas a Parque Escolar não aceitou porque o consórcio de empresas que ganhou a obra meteu o Estado em Tribunal, por isso existe um grande problema para resolver, o que não é fácil, mas com a ajuda da Escola, da Direcção, a Associação de Pais e com a Câmara Municipal, irão efetuar todos os esforços para no mínimo se utilizar a parte já feita.

Sobre a questão da documentação com os dois logótipos, estão a tentar que na próxima reunião ordinária em abril, e isto porque ainda existe muitos papéis e impressos para

aproveitar, as convocatórias já serem feitas com o novo papel com os dois logótipos. Vão ter isso em consideração e estudar a melhor forma com a Sra. Presidente da Assembleia.

O Sr. João Pedro Baião focou uma obra que está a ser realizada na freguesia do Sobralinho, vem desde Bucelas, passou por Calhandriz, começou na Estrada dos Baltares, vai entrar na Estrada da Graciosa e depois na Mário Urbana. No início de obra, em que esteve presente o Sr. Presidente e o Sr. José Peixeiro e numas reuniões com a LisboaGás e com a Câmara Municipal em que conseguimos que não houvesse um corte definitivo das vias de trânsito, ao principio na Rua 1.º de Maio e na Rua José Pinheiro, assim como na Rua Duque da Terceira em que estava previsto um corte definitivo, o que acharam prejudicial a todos os residentes e quem utiliza aquelas vias e chegaram a acordo em que nunca iria haver corte total, se houvesse seria apenas temporário ou então manter meia faixa em funcionamento e está a ser conseguido, o prazo está a ser cumprido. Trata-se de uma conduta de gás de grandes dimensões para abastecer uma empresa, a Iberol, mas também a LisboaGás aproveitou para colocar paralelamente uma nova conduta para abastecimento doméstico, não só porque o Sobralinho está em crescimento mas também para a parte norte da freguesia. Conseguiu-se que a EDP interviesse ao mesmo tempo para uns bairros, que se encontram entre a Estrada da Graciosa e a Estrada dos Baltares, que necessitavam de reforço de iluminação aproveitando assim as mesmas valas. Está previsto terminar em fevereiro, mas com as condições atmosféricas que aparecem e as chuvas, nada garante que o prazo seja cumprido. Esta obra devido à sua envergadura está a ser acompanhada diariamente por um fiscal da Câmara Municipal e está a ter bons resultados.

A obra do Bairro Novo da Figueira, é uma obra que há muito era esperada, é a instalação de uma nova estação elevatória e a montagem dos separativos. A obra está a cumprir os prazos, prevê-se que esteja terminada até ao fim do ano, a não ser que haja algum atraso na entrega desta estação elevatória e conseqüentemente a colocação da mesma. É uma obra muito desejada pela população, iniciada no anterior executivo da Junta Freguesia. Irá valorizar muito em questões ambientais toda aquela zona.

Dirigindo-se ao Sr. Helder Careto da Coligação Novo Rumo, adiantou que espera responder a todas as questões, que foram muitas. Começou pela questão do Quartel dos Bombeiros, uma questão antiga, com alguns desencontros, o espaço que está pretendido e praticamente adjudicado aos bombeiros, não será só o espaço dos jazigos, é em principio todo o espaço do cemitério antigo, nas primeiras reuniões com a direcção do cemitério, ainda na presença da Sra. Presidente da Câmara, Maria da Luz Rosinha, solicitámos o estudo e o projeto para analisar qual a necessidade do terreno depois de alguns desencontros. No ano de 2013, houve algumas reuniões nos bombeiros com algum entendimento, que depois não houve andamento devido às eleições realizadas e esperam que em 2014 dar continuidade a esse diálogo mantido em meados de Junho. Foi aprovado em Assembleia de Freguesia a isenção de taxas para quem quisesse levantar voluntariamente as ossadas que ainda se encontravam. É um problema, mas devido às características do cemitério ser muito antigo encontram-se no mesmo espaço, 4 e 5 ossadas o que se tornam difícil a sua identificação e separação. Fez-se no início deste ano, o levantamento sobre todos os ossários que se encontraram, julga-se que no início do próximo ano pela primavera conseguiremos limpar, senão for a totalidade, quase todos os ossários. Uns

GA
8.
S

já foram levantados e colocados no cemitério novo, outros não e foram colocados num pequeno nicho, dando um aspeto de limpeza, retirando todas aquelas caixas que se encontravam abandonadas, partidas, degradadas de todos os ossários. Fazer pressão também quem está em campas temporárias, fazer o levantamento ou então dar como perdidas as ossadas, o maior problema reside nas perpétuas e nos jazigos, segundo a lei em vigor, é a Câmara Municipal a parte interessada em retirar e que tem de arcar com todas as despesas, muitas das pessoas têm espaços no cemitério novo mas mantêm-se em espera até à última, aí terá de haver uma posição política firme e muitos milhares de euros para se proceder ao levantamento, durante o 2º semestre deste ano. O caso esteve um pouco parado, mas estamos esperançados que no início do ano haja um forte abanão nesta questão. O terreno dos bombeiros é preocupante, mas também é preocupante aquilo que nos chega do governo, quando o governo pensa reduzir quartéis, ou fazer uniões de bombeiros, é uma questão que devemos estar atentos e que Alverca por não ser sede de concelho possa ser prejudicada. Pede-se também aqui a colaboração dos bombeiros a este assunto e não é por uma questão de espaço que os bombeiros serão afectados.

A questão dos resíduos junto à Rotunda do Choupal, em relação às ilhas existe um problema aos fins-de-semana porque não é feita a recolha, em especial o cartão. A Câmara Municipal já está alertada para este assunto desde o anterior mandato.

A circulação de cães sem açaime e sem trela, assim como os dejetos, já no anterior mandato fez-se um grande esforço de informação, e na colocação de tabletas em tudo o que era sítio, chegou-se a verificar que as pessoas ao passear os cães retiravam-nas, trata-se essencialmente de uma questão de civismo. Quem pode atuar sobre animais que andam fora da lei, sem açaime e sem trela neste aspeto, serão as forças de segurança. Nas reuniões regulares entre os Presidentes da Junta e as Comandos das Esquadras, era sempre focado este assunto, infelizmente sem grandes resultados. Continuar-se-á a pressionar junto das forças de segurança para uma actuação mais firme e na sensibilização das pessoas, porque o civismo é o remédio para esta questão.

Era intenção, que as ilhas fossem colocadas em substituição de todos os RSU, por questões de limpeza, impacto visual, mas este ano de 2013 a Junta Freguesia de Alverca e outras Juntas, a não ser aquelas em que houve requalificação urbana ao abrigo de algum projeto, não foram contempladas com ilhas, é um equipamento muito caro, a título informativo cada conjunto de uma ilha completa custa aproximadamente 25 mil euros, mas o caminho que mais se faz é a colocação deste equipamento no concelho, até porque facilita a sua recolha, tem um espaço 5 vezes maior que os RSU, é de continuar a apostar nas ilhas, este ano não houve colocação, espera-se que para o ano se recomece a colocar as ilhas pela freguesia.

Na Rua Projectada ao Choupal junto á Escola EB1 do Brejo, é uma realidade que o piso está degradado, as lombas estão deformadas devido ao abatimento do piso, mas também é uma realidade que está previsto esta estrada ser recuperada, levar um novo tapete no início de 2014, até porque tem de se fazer os pedidos das recargas com 2 anos de antecedências para entrar num concurso, que é um concurso internacional feita pela Câmara Municipal, esta

Handwritten initials and a circled number '8' in the top right corner.

estrada foi logo identificada que consta na lista das recargas e foi aceite ainda pela anterior Presidente para o ano de 2014.

A passadeira da Rua da Indústria para quem vai para o Continente, faz falta uma passadeira, já teve para ser colocada, está marcada e tudo, quando se fez a recarga da Praceta Catarina Eufémia no Bom Sucesso, foi acordado com a empresa, porque trazer aqueles equipamentos para fazer uma única passadeira sobrelevada em alcatrão, é um grande dispêndio e então tem de se aproveitar alguma obra, infelizmente quando se estava a acabar a passadeira na Praceta Catarina Eufémia o tempo piorou, começou a chover e a empresa já não consegui fazer aquela passadeira. Mas, com o novo orçamento é uma obra que vai ser feita pela Junta, que vai avançar rapidamente, é uma lomba em alcatrão com as medidas estabelecidas pelos regulamentos municipais, é uma passadeira sobrelevada em alcatrão.

Sobre as árvores, o Sr. Presidente dirigiu-se ao Sr. Helder Careto para tentar ser mais concreto, mencionando uma árvore que caiu pelo vento e não vai ser reposta, nem sequer foi tapada, uma palmeira junto à Praça S. Pedro, não foi colocada porque em breve vão recomeçar as obras da construção da rotunda que apanha parte da Praça S. Pedro, como também que ainda em janeiro, segundo a informação dos Serviços Municipais, irá começar uma rotunda na Estrada Nacional nº.10 em frente à Quinta do Forno, como deve ser do conhecimento geral, está em construção mais uma superfície comercial nessa zona, que está em bom ritmo, e antes da entrada em funcionamento do mesmo, é necessário criar uma rotunda na Estrada Nacional 10, quando se vai para a Rua Cândido dos Reis e para Rua da Quinta do Forno.

Quanto aos sistemas de regas, os sistemas de regas implementados não estão em todos os lados ainda, existem poucos sítios onde é feita rega manual, na CHASA e um pouco do Parque José Álvaro Vidal, não se consegue desactivá-los, só manualmente, trata-se um desperdício de água quando chove, mas não há capacidade técnica e humana para poder dar resposta a estas questões. Sabe-se que foram implementados alguns sistemas computadorizados no concelho, que até fazem a leitura, ainda em fase experimental, espera-se que chegue em breve a todas as freguesias do concelho, era muito vantajoso até pelos consumos de água que se estão a registar.

Na Praceta das Oliveiras onde está o campo de basquete, está efectivamente bastante degradado, existe um plátano com grandes raízes que levantou todo o piso em cimento, irá ser recuperado, será para colocar uma tabela de basquete com alguma protecção. A intenção é recuperar e manter. Neste momento é o único existente.

Sobre o passeio ser estreito no início da Rua da Boca Lara, há 2 anos foi feita uma correção ao muro, anteriormente nem havia passeio, encurtaram o muro e cortaram o ângulo, para ganhar passeio, não tem as medidas regulamentares os 2 metros, mas foi o possível. Chegou a haver um guarda-corpos que foi destruído por um veículo pesado, que vai ser recuperado e recolocado.

Relativamente às obras perigosas na Quintas das Drogas, a obra é do SMAS, tem-se acompanhado de perto, a analisar a questão da segurança na obra com a SMAS.

3
8.
CAF

O lugar, Arcena, estamos a falar de uma AUGI, que foi legalizada há poucos meses, o início do Casal da Bica e do Casal da Carça, em que falta fazer quase tudo, aquilo são caminhos, que foi-se colocando alguns resíduos, incluindo resíduos de alcatrão, este ano foram feitas 2 intervenções nesses caminhos, mas devido à forte inclinação e às chuvas, os resíduos vêm até cá abaixo e cria alguns problemas. Espera-se e já foi colocado o assunto à Câmara Municipal, que é a criação das infra-estruturas naqueles dois bairros para depois se fazer os passeios e colocar o betuminoso. E aí resolver esta questão que é uma questão de algumas dezenas de anos.

O elevador da Estrada Nacional 10, do edifício Parque para o jardim, o elevador foi reparado algumas vezes e era sistematicamente vandalizado. A Câmara Municipal chegou à conclusão que não valia a pena repor. Tem de ver o que se vai fazer ao equipamento, se será vantajoso demolir e retirar aquela parte, ou se ao retirar vai criar alguma estabilidade à passagem superior. Segundo informação que o município tinha dado, ainda no tempo da anterior Presidente, é que o elevador não ia ser colocado em funcionamento.

A passagem entre a Malvarosa e a CHASA é um problema, já falado à algum tempo em sessões de Assembleia Municipal, tem paragem de veículos transportes públicos nos dois lados, tem uma passagem superior, que já ganhou prémios internacionais mas as pessoas teimam em passar a estrada, já foi equacionada a colocação de uma vedação no separador central, não se sabe se será a melhor solução, poderá ser falado novamente com a Câmara Municipal e posteriormente com as Estradas de Portugal, para estudar a melhor resolução. Para mais tarde, não nos penitenciarmos por algum acidente grave.

O Sr. Presidente passou a responder à questão da D. Maria do Carmo, sobre as obras que o SMAS está a executar na Rua do Trabalhador e na Rua da Indústria, sobre rebaixamento de passeios, todas as intervenções fazem-se de imediato e aquelas que há uma intervenção directa como a obra do Brejo em que a calçada é da nossa responsabilidade também está a ser cumprida. A obra do Brejo não está concluída, falta muito. A D. Maria Carmo, entrevistou, dirigindo-se ao Sr. Presidente, dizendo que no entroncamento da Rua do Trabalhador com a Rua da Juventude, junto ao Ecoponto, o passeio aparentemente está concluído e não foi rebaixado. O Sr. Presidente vai verificar. Sobre a zona do Brejo, e como é uma obra de responsabilidade directa, tem sido mais acompanhada, ainda hoje foram colocados pilaretes, começou-se a fazer a calçada em frente ao antigo café, começaram a estacionar e a calçada rebateu logo e para evitar isso, tiveram que ir pela solução de colocar pilaretes, na Rua do Brejo junto ao Café do Vidal e aos "Totolotos".

Sobre a Escola Gago Coutinho, o Sr. Presidente acha que ao responder ao Sr. Pedro Baião respondeu também à D. Maria do Carmo. Acrescentou que junto à saída Escola Pedro Jacques de Magalhães, foi marcada faixa amarela, marcado e delimitado o estacionamento no pavimento, mas é tanta a afluência nas horas de entrada e saída das crianças que não é respeitado. Voltou a intervir a D. Maria do Carmo, reforçando que caso haja um acidente na Escola Pedro Jacques Magalhães ou na Escola Gago Coutinho na hora da saída das crianças, de facto vai ser problemático. Retomou a palavra o Sr. Presidente, dizendo que têm sido pedido

auxílio ao policiamento da Escola Segura, tanto nas escolas como no estacionamento da rotunda e que não compreende como é que é possível deixarem estacionar dentro da própria rotunda, inclusive já reduziram o diâmetro da rotunda mas o estacionamento abusivo persiste, além de ser proibido pelo Código de Estradas. A D. Maria do Carmo levantou a questão da Gago Coutinho, relativamente ao espaço exterior, se também à possibilidade de colocar o estacionamento proibido, porque é muito estreito, a via tem dois sentidos mas como estacionam num dos lados, o espaço de passagem fica muito reduzido. O Sr. Presidente, referiu que a situação era muito semelhante à Avenida D. Pedro, concluiu afirmando que é uma situação que se poderá ver com as forças de segurança. De imediato dirigiu-se à Sra. Presidente da Mesa de Assembleia, dizendo que acha que respondeu a todas as questões colocadas.

A Sra. Presidente da Assembleia, disse que acha que está tudo esclarecido e decidiu avançar para votação e discussão das Moções apresentadas.

A Sra. Quitéria pediu a palavra, que a Sra. Presidente autorizou. A D. Quitéria pediu que caso a Moção seja aprovada, além de seguir para todas as entidades pedidas, se fizesse um minuto de silêncio. Interromperam dizendo que não se trata de uma Moção, mas de um Voto de Pesar, que não requer votação, e o que estava a ser posto em consideração era o minuto de silêncio.

Fez-se o minuto de silêncio.

Cumprido o minuto de silêncio, a Sra. Presidente de Assembleia decidiu proceder à votação da Moção apresentada pela Coligação Democrática Unitária “Sobre o Orçamento de Estado para 2014”, perguntando se alguém queria intervir em relação a esta Moção, ninguém obsteu. Passou-se à votação.

A Moção (Anexo A) foi aprovada com 2 votos contra.

A Sra. Presidente de Assembleia passou a discussão e votação da Moção “ Em Defesa das Freguesias – Pela Devolução das Freguesias às Populações”. O Sr. José Chumbo da Bancada do PS quis intervir, dizendo que a bancada do Partido Socialista ia votar favoravelmente esta Moção, no entanto queria deixar uma nota que houve um tempo de discussão, de se mostrar que se era contra, mas neste momento já sai fora do contexto. De seguida, o Sr. Carlos Gonçalves da Bancada do CDU pediu a palavra, iniciou dizendo que respeitam a opinião do PS, mas o facto da lei estar aprovada não quer dizer que não se faça nada nem algo que acreditam ser justo, é nesse sentido que apresentam a Moção, na defesa da identidade, na defesa do poder local, do poder próximo da população e foi isso que foi retirado à população do Sobralinho e a todas as freguesias que foram integradas nas uniões e freguesias e com elas que mostramos toda a nossa solidariedade. Seguiu-se o Sr. Helder Careto, da Coligação Novo Rumo, dizendo que existem algumas consequências na aprovação desta Moção, referindo que o primeiro aspeto a destacar será relativo ao esvaziamento e despovoamento de grande parte do interior do país, não foi devido à falta das freguesias lá estarem, foi um processo de aproximação da população para o litoral, não afetou a dinâmica populacional, nem o desenvolvimento económico dessas regiões. Tal como a cidade de Lisboa, a redução das 54 freguesias para um número bastante menor, foi um processo de reforma das estruturas das

freguesias em Lisboa, que criou freguesias maiores e mais adaptadas às necessidades territoriais. Nesta Moção confundem-se alguns conceitos, nomeadamente que o número de freguesias tem a haver com o desenvolvimento local, os recursos que essas freguesias têm é que tem a haver com o desenvolvimento local. Quanto ao ponto 2 desta Moção, e passou a ler, está-se a confundir duas coisas, que é o serviço público que os serviços da união de freguesias prestam à população com os serviços das duas anteriores freguesias prestavam à população, neste quadro de ordenamento é natural e lógico que haja alguma locação de recursos, até para haver uma gestão mais eficiente desses próprios recursos. Portanto o facto de se proceder e estar em processo de transição esta fusão entre as freguesias de Alverca do Ribatejo e Sobralinho não quer dizer que se perca a identidade destas populações, portanto está a inferir consequências que ainda não houve tempo para ser avaliado. É um processo que dificilmente se reverterá, e que não é a primeira vez que se faz reforma administrativa do Estado e que se reformulam as freguesias. E terminou dizendo que não poderão votar favoravelmente esta Moção. A Sra. Presidente da Assembleia teve de intervir para se fazer silêncio na sala. No final da intervenção do Sr. Helder Careto, a Sra. Presidente Assembleia passou a palavra ao Sr. Pedro Baião do Partido Socialista. Começou o Sr. Pedro Baião por agradecer à Sra. Presidente, e respondendo ao Sr. Helder Careto da Coligação Novo Rumo, focando dois aspetos, relativamente ao primeiro ponto sobre a população sair do interior para o litoral, foi opção dessas pessoas não foi imposto, depois sobre o exemplo de Lisboa também não foi imposto foi democraticamente através de secções com a população da capital que foi definida a nova definida a estrutura da capital. E terminando, disse que como habitante e residente do Sobralinho, foi obrigado a aceitar.

A Sra. Presidente da Assembleia passou a palavra à D. Quitéria Meireles da Bancada do CDU, que dirigiu-se também ao Sr. Helder Careto, dizendo que falou num contexto muito alargado, e é um contexto que não se pode aceitar, que vão ficar todos na mesma, que não é o mesmo. Que trabalharam bastante para serem uma vila. Uma vila que devia ter determinadas organizações que usufruíssem de certos serviços dentro da própria freguesia, sem ter se deslocar a Alverca. Porque o Sr. Presidente estando aqui, é aqui que se tem de vir. E aqui também está-se a cortar o direito a exercer as funções que as pessoas interiorizam e possam praticar, com referências às igrejas. Não concorda, acha uma injustiça imoral porque as pessoas têm de se deslocar quilómetros para Centros de Saúde, para irem para Lares, mas querem ir para a sua casinha. A Sra. Presidente de Assembleia, após terminada a intervenção da D. Quitéria, agradeceu e fazendo uma pequena correcção quanto ao facto de que o Sr. Helder Careto ser representante da Coligação Novo Rumo e não do PSD, como a D. Quitéria tinha referido anteriormente. Passando a palavra ao Sr. Helder Careto, pedindo para ser breve.

O Sr. Helder Careto, agradeceu à Sra. Presidente da Assembleia, disse que ouviu com atenção os argumentos, mas irá manter o voto contra, principalmente porque, mesmo em termos de representação em órgãos de soberanias, está-se a considerar concelhos que anteriormente tinham muito menos população, por exemplo, Alverca e havia órgãos de Assembleia Municipal em que representavam 60 freguesias, e isso implica que o número de representantes por habitante era muito superior aqui em Alverca, ou uma situação em Vila Franca. Portanto, em situação de representatividade por cidadão, com a reforma administrativa, equilibrou-se. A

questão da proximidade é outra, tem haver com os serviços que são colocados ou não, a essas populações, aqui não existe esta situação mas em territórios de muita baixa densidade, são populações isoladas e tem de facto grandes dificuldades. Neste processo de reorganização de como diz o eleito do PS, é uma situação que está passada, neste momento deve-se de ir na direção do futuro, e implica ser criada uma nova heráldica ou novo símbolo da união de freguesias.

A Sra. Presidente da Assembleia deu a palavra, a D. Maria do Carmo do BE, que disse que é verdade que o assunto já esteve em discussão pública mas também é verdade que por mais vozes contrárias tivessem havido, nada adiantou, foi imposto. E tornou-se lei, apesar de imposta. E como lei temos de a cumprir. Não concordando com a nova heráldica, deveria já existir os dois logótipos porque é uma união e não uma agregação. Assim como realizar uma sessão no Sobralinho. Em quanto for lei tem de se cumprir e respeitar, mas não impede de continuar a lutar pelo que acham mais correcto, pelo que acreditam. E apesar de se cumprir lei vai-se continuar a lutar para que volte aquilo que acham que será a normalidade e respeito pelo povo.

A Sra. Presidente da Assembleia ia proceder com a votação, quando o Sr. Fernando Moreira da CDU, interrompeu dizendo que estava inscrito. De imediato, a Sra. Presidente da Assembleia pediu desculpas e passou a palavra.

O Sr. Fernando Moreira da CDU, começou por dizer que ouviu a voz do PSD no seu pior, a nível local e a nível nacional. Que se o representante do PSD, falou nestes termos. Interferiu a Sra. Presidente da Assembleia para corrigir o Sr. Fernando que o eleito em questão não era PSD mas Coligação Novo Rumo, a que prontamente o Sr. Fernando Moreira respondeu que não sabia, não tendo tomado nota. E continuou, que o mesmo não devia ter morado ultimamente no país, onde foram feitas de norte a sul, incluindo as populações do interior, grandes manifestações que terminaram em Lisboa, que quem fala assim nem tem cá estado, que quem fala assim não conhece o país, porque um situação é morar onde existem todos os transportes públicos, outra situação é morar em Castro Laboreiro, em que os alunos só têm autocarro às 7h da manhã e chegam às 6h da noite, existem pessoas doentes, a maioria idosas que têm de ir de táxi. E que o senhor representante esteja confortavelmente sentado e não conhece a realidade destas pessoas, e fala como sendo o grande representante da população. E terminou dizendo que lamenta quem defenda estas ideias.

O Sr. Helder Careto da Coligação Novo Rumo pediu autorização a Sra. Presidente da Assembleia para falar, a que a Sra. Presidente permitiu pedindo para ser muito breve para se passar à Ordem do Dia.

O Sr. Helder Careto dirigiu-se diretamente ao Sr. Fernando Moreira da CDU, fazendo a observação que o mesmo também se encontrava confortavelmente sentado, a que de imediato o Sr. Fernando Moreira reagiu tempestivamente, afirmando que não critica as populações deste país que vivem miseravelmente, acusando-o que era culpa do seu governo e proferiu vocabulário menos próprio. A Sra. Presidente da Assembleia cortou de imediato a palavra,

afirmando que aquela linguagem não era permitida na Assembleia, passando de imediato à votação.

A Moção (Anexo B) foi aprovada com dois votos contra.

A Sra. Presidente da Assembleia decidiu e informou que iria ser feito um pequeno intervalo de 5 minutos.

Após o intervalo, a Sra. Presidente da Assembleia pediu a todos os eleitos que regressassem às suas mesas. Passando à Ordem do Dia.

Ao recomeçar, o Sr. Espada Pereira do Partido Socialista questionou a Sra. Presidente da Assembleia sobre o intervalo efetuado por iniciativa da Sra. Presidente, sem consultar as bancadas, interrompendo a Assembleia, sem a convicção da própria Assembleia e por motivos desconhecidos. Mas queria que ficasse registado esta ocorrência afirmando que qualquer interrupção terá de ser concordante com todos os órgãos desta Assembleia. Prontamente, a Sra. Presidente da Assembleia, justificou e legitimou a mesma com o Artº.21 do Regimento, e passou a citar “as secções não podem interrompidas, salvo por decisão do Presidente Assembleia de Freguesia e para os seguintes efeitos: a) Intervalos”.

A Sra. Presidente da Assembleia iniciou a **Ordem do Dia** com o **1º. Ponto da Ordem de Trabalhos: Apreciação da Informação Escrita do Sr. Presidente da Junta**, o Sr. Presidente da Junta pediu a palavra, agradecendo à Sra. Presidente da Assembleia, começou por dizer que a informação deste Ponto foi entregue a todas as bancadas, aproveitou este ponto para reforçar um pedido que a D. Quitéria Meireles lhe fez, informar que todos os serviços do Sobralinho mantêm-se no Sobralinho, qualquer cidadão pode continuar a ir tratar dos assuntos que tratavam, foi um compromisso assumido pelo Sr. Presidente da Junta e pelo Sr. José Manuel Peixeiro (Tesoureiro) e é um compromisso para levar até ao fim. A população do Sobralinho não pode ser prejudicada por um ato que não foi chamada para decidir. Foi imposto ao Sobralinho e também a Alverca esta união, mas o foco agora é trabalhar e dar resposta aos problemas que surgem todos os dias.

Em relação ao Ponto 1, sobre a Informação do Presidente está toda escrita, no entanto caso se pretenda algum esclarecimento o Sr. Presidente e os seus colegas estão ao inteiro dispor, disse dirigindo-se à Sra. Presidente de Assembleia, que perguntou se alguém queria acrescentar algo ao Ponto 1. Não se registando nenhuma intervenção, a Sra. Presidente de Assembleia passou ao **2º. Ponto da Ordem de Trabalhos “Aprovação da Inscrição da Freguesia como Associada da ANAFRE”**, dando voz ao Sr. Presidente da Junta que passou a expor o Ponto.

O Sr. Presidente do Executivo, dirigiu-se à Sra. Presidente de Assembleia e aos Senhores Eleitos, invocando que como é do conhecimento de todos, tanto a freguesia de Alverca do Ribatejo como a freguesia do Sobralinho eram membros efectivos da ANAFRE, com esta união é necessário fazer nova inscrição na ANAFRE, que é Associação Nacional das Freguesias.

O que aqui se propõe, que até já foi aprovada em reunião de Executivo, a união ser membro efectivo da ANAFRE, dado que as freguesias têm de estar representadas porque só juntas

Handwritten initials 'CA' and a circled number '8' in the top right corner.

poderão fazer ouvir a sua voz. Portanto, o trazer aqui a Aprovação da União das Freguesias de Alverca do Ribatejo e Sobralinho a sócia da ANAFRE.

A Sra. Presidente a Mesa de Assembleia, perguntou se alguém se queria pronunciar sobre o Ponto 2, deu, então a palavra à Sra. D. Maria do Carmo do BE.

A D. Maria Carmo, começou por dizer que iria aprovar mas queria deixar uma breve nota lamentando o facto de Alverca, sobre o Sobralinho não sabe, mas de Alverca não ter participado na manifestação que ANAFRE organizou contra agregação das freguesias.

Entreviu de seguida o Sr. Helder Careto, da Coligação Novo Rumo, relativamente a este assunto sobre a adesão à ANAFRE, não tem nada contra, nem contra a ANAFRE a entidade em si, até porque é sempre bem-vindo o movimento associativo tanto de pessoas como em entidades colectivas. Salientando que a questão que coloca é saber quais os custos associados a esta inscrição, os custos globais, não apenas a quota e de futuro dar conhecimento a todos os eleitos da Assembleia de Freguesia quais os contatos e apoios que a ANAFRE disponibiliza à medida que estes vão acontecendo.

Pedindo autorização à Sra. Presidente da Assembleia, o Sr. Presidente passou a responder ao Sr. Helder Careto, afirmando que o valor está contemplado no orçamento, o valor é 0,07 da transferência do Estado, mas o valor real para o ano de 2014 vai ser aprovado em Congresso que se vai realizar no 31 de janeiro, 1 e 2 de fevereiro. Será um Congresso Eleitista que vai provocar também as eleições. Sobre a proposta que foi feita pelo Sr. Helder Careto, tanto o Sr. Presidente do Executivo como a Sra. Presidente da Mesa irão ter mais cuidado e atenção e fazer chegar uma informação mais precisa a todos os membros da Bancada das iniciativas, das decisões e a confirmação em presenças em reuniões e congressos da própria ANAFRE.

Não havendo mais intervenções, a Sra. Presidente da Assembleia passou à votação do Ponto 2.

O ponto 2 foi aprovado por unanimidade.

A Sra. Presidente de Assembleia passou ao **Ponto 3 “Aprovação das Alteração ao Regimento da Assembleia de Freguesia”**.

Portadora de uma proposta, começou por falar a D. Maria do Carmo do BE, para acrescentar ao Regimento, vê-se forçada a apresentar esta proposta, porque na sessão que houve da Comissão de Regimento a mesma gerou consenso, apresentada de um representante do Bloco Esquerda, de uma observação dirigida a todos os cidadãos portadores de deficiência motora ou auditiva, para estes contactassem a Assembleia para garantir os meios necessários à sua participação. Um cidadão com deficiência auditiva se quisesse assistir ou participar tivesse acesso a um profissional de língua gestual, se fosse um deficiente motor em que a assembleia fosse organizada num local que permitisse a sua mobilidade. Ficou combinado, gerou consenso não ficou no Regimento, porque se achou que não fosse necessário.

Mas constata-se na Convocatória bem como nos Editais afixados para conhecimento do público que afinal não foi referenciado. Como não foi cumprido, a apresentação da proposta. Lamenta

também os erros ortográficos ou de pontuação que ainda se verificam, ou verificavam, dado que hoje foi entregue um novo, no entanto, lamenta também os erros ortográficos da Convocatória, diz não ser nada dignificante para a instituição. Pediu autorização à Sra. Presidente da Assembleia para a leitura da proposta (Anexo D), autorizada, procedeu à sua leitura.

Esta proposta pretende a inclusão no 20º.Art. do Regimento, e seria o 4º. ponto.

Falou a Sra. Presidente da Assembleia de Freguesia, sobre este assunto apresentado pela D. Maria Carmo do BE, dizendo que houve realmente o entendimento, na altura optou-se por não colocar porque segundo a constituição todos tem direito à informação, ainda hoje foi enviado para todos um email em que não foi possível ter uma pessoa, mas continua à procura de alguém que faça voluntariamente este serviço, tão dignificante, atempadamente. Está efectivamente registada. A D. Maria do Carmo, disse que o ideal seria ter um profissional em todas as sessões porque o cidadão pode e deve decidir a qualquer momento participar, mas pelo menos sugeriu que quem pretendesse o serviço, efetuasse o pedido antecipadamente, para isso é importante e necessário que a informação seja colocada nos editais.

Foi dada a palavra ao Sr. Carlos Gonçalves da CDU, que têm dois pedidos de alteração a fazer mas primeiramente gostava de dar os cumprimentos ao membro do PS por toda a colaboração que teve e que foi a pessoa que mais se empenhou na redação do Regimento. Mas depois de feita a análise, gostaria de deixar duas propostas. A primeira, é uma não concordância no Art.10º., quando se refere “quando algum dos Membros deixar de fazer parte da Assembleia de Freguesia, por morte, renúncia, perda de mandato ou outra razão, será substituído nos termos do Art.11º. deste Regimento”, ou seja não define nada, deve constar aqui nos termos do nº.1 do Art.11º.

A segunda deve-se ao Art.20º., Ponto 3, referente à fixação do Editais que deverão ser de dois dias úteis, se se pretende sessões participativas, no mínimo propõem-se cinco dias úteis.

A Sra. Presidente da Assembleia observou que foram colocados mais editais e com maior antecedência.

Seguiu-se o Sr. José Chumbo do PS, disse que fica surpreendido quando as pessoas estão a trabalhar em conjunto, decidem unanimemente assumir um compromisso, temos um período de reflexão sobre o documento, a Assembleia de Freguesia compromete-se a endereçar todos os esforços para possibilitar a intervenção cívica de todo o cidadão, e quando se diz todo o cidadão é todos, tenham maiores ou menores capacidades, porque as pessoas são todas iguais, é pessoalmente contra qualquer reflexo numa lei que se defina o que é uma pessoa. Não concorda. O assunto foi discutido, estavam todos presentes, todos concordaram e chega o momento de aprovação e querem introduzir pontos.

Fala o Sr. Carlos Gonçalves da CDU, que quer acrescentar um pormenor no Art.20º, no nº.2, que está “o Presidente da Junta”, deve constar “e ao Presidente da Junta”.

A Sra. Presidente da Assembleia propôs às bancadas mediante as novas propostas pretendem votar ou faz-se a retificação e voltaremos a votar.

O Sr. José Chumbo do PS, admite que existem erros, agora nomeadamente quanto a designação do “todos os cidadãos” não vê necessidade de estar aqui a alterar, há um acordo já estabelecido e estar a gerar conflito.

Falando a D. Maria do Carmo do BE, teima na alteração porque embora tenha havido o tal consenso, falhou logo na primeira sessão, e porque não mencionar, se de facto essas pessoas precisam de cuidados especiais, não é discriminação negativa é positiva, porque um cidadão não ouvinte precisa de uma intérprete de língua gestual que provavelmente não há ninguém na Assembleia que o saiba fazer. Se as pessoas não ouvintes não virem essa informação nos Editais, não virão às sessões. Se é consensual não entende porque não mencionar em Regimento, assim é mais garantido que não haja esquecimento.

Interviu a Sra. Presidente de Assembleia, para reforçar que se tentou para esta sessão arranjar alguém, não foi possível, conforme email que foi enviado para todos. O que foi acordado é que iria ser colocado nos Editais, essa informação, que a pessoa necessitada solicitasse o serviço atempadamente, vai-se tentar junto das associações dentro da nossa freguesia em regime de voluntariado, se possível, para evitar custos. Afim de colmatar a falha que existe nesta Assembleia.

O Sr. Carlos Gonçalves do CDU deixa a ideia para que a Newsletter da Assembleia também faça referência a essa informação. No consenso não se optou por se colocar no Regimento para que não haja uma discriminação positiva.

O Sr. José Chumbo do PS, acha que não é o momento certo para acrescentar o ponto, deveria se adiar para uma futura Assembleia em sede própria com a presença da Eleita do Bloco de Esquerda. É a proposta que faz.

De seguida, falou o Sr. Helder Careto subscreve esta última proposta. Ter instituições públicas, ter espaços acessíveis, ter edifícios públicos acessíveis é um direito de todos os cidadãos, mas os regulamentos não são imutáveis, tendo havido um acordo de regulamento, o processo da acessibilidade deve ser discutido mais tarde e com mais detalhe, caso a informação que deve passar a constar nos Editais não funcionar. Portanto concorda com a proposta do Sr. José Chumbo, de se aprovar o Regimento e mais tarde, ver-se esta questão.

O Sr. Pedro Baião do PS entrevistou só para corrigir que não se diz “linguagem gestual” mas “língua gestual” como se tem vindo a referir.

Foi dada a palavra à D. Maria do Carmo, acha que contrariamente ao que disse o Sr. José Chumbo, deixar um regulamento para aprovar depois não faz sentido, uma Assembleia não deve estar em funcionamento sem Regimento. No entanto, vai dar o benefício da dúvida e manter a palavra acordada desde que de facto não haja mais lapsos do género. Dado que a próxima será em abril, tempo suficiente para resolver o problema, abdicando desta proposta neste momento.

A Sra. Presidente de Assembleia disse que não foi uma questão de lapso mas efectivamente falta de tempo. Vai-se proceder às restantes correções.

O Sr. Helder Careto, levantou a questão sobre o Art.35º. que estabelece o uso da palavra no Período Antes da Ordem do Dia, cabe ao Presidente definir, o tempo de prevenção de cada orador inscrito, em função do número de inscrições, considerou que esse tempo deve-se uniformemente distribuído pelos diversos grupos políticos.

O Sr. Carlos Gonçalves disse que a Bancada do CDU não concorda, nem poderá concordar, dado que representatividade das bancadas é de acordo com a vontade do eleitorado, portanto dar igual tempo à Bancada da Coligação Novo Rumo o mesmo tempo que à Bancada do Partido Socialista que ainda têm mais membros que a Bancada do CDU, é o mesmo que dizer que a grande parte dos eleitos do PS, não têm grande voz ou seja aqueles que votaram neles não podem ser representados nesta Assembleia.

Passou-se de imediato à votação.

O Ponto nº.3 da Ordem do Dia foi aprovado com unanimidade.

Iniciou-se a discussão sobre o **Ponto nº.4 da Ordem de Trabalhos “ Aprovação do Mapa de Pessoal para 2014”**, a Sra. Presidente da Assembleia deu a palavra a Sr. Presidente do Executivo, que afirmou que em relação a este ponto 4, o mesmo resultou da junção dos dois mapas das duas freguesias que estavam em vigor em 2013, este mapa fica com 77 preenchidos ou ocupados, fica com 4 lugares vagos que vão passar a ter 8 lugares vagos dentro de meses, com a aposentação de 2 pessoas de Alverca do Ribatejo e 2 do Sobralinho. Nesta junção extinguiu-se 9 lugares, isto porque com a Lei das finanças locais exige que no orçamento acha cabimento para todo o Quadro de Pessoal, se ficar ali com lugares que se sabe que não irão ser ocupados, o dinheiro tem de ficar cativo até dezembro, assim este é um mapa realista e que dá alguma margem. É um processo complicado com muitos entraves, mas vão tentar fazer algumas admissões no ano de 2014. No entanto, este é um mapa real e ideal para a nossa freguesia. O Sr. Presidente da Junta deu assim por terminada a apresentação, colocando-se ao dispor para qualquer esclarecimento adicional.

A Sra. D. Maria do Carmo do Bloco de Esquerda, começou por dizer que não entendeu bem, dado que iriam ficar 8 lugares vagos mas também irão ser 9 extintos, pergunta se vão mandar 9 pessoas para o desemprego. Pediu esclarecimento.

O Sr. Presidente da Junta, passou por esclarecer que não iriam despedir ninguém, nunca o fizeram e não era essa a intenção. Se juntassem o quadro pessoal dos dois, ficava um número exorbitante de lugares vagos, que seriam os 4 mais os 9, o que se vai extinguir são lugares vagos, senão teriam de manter, de acordo com a lei, uma verba parada em orçamento que só poderiam utilizar em dezembro num ano com a agravante de ser um ano com menos receitas. Os lugares estão vagos por houve pessoas que saíram, que se aposentaram e não foram ocupados.

A D. Maria do Carmo, começou por concluir que se os lugares ficavam vagos era porque as pessoas não eram necessárias ou então o restante pessoal acumulava trabalho das pessoas extintas. Portanto se o trabalho existia e mantém-se, eventualmente ainda com acréscimo do mesmo, questionou como é que se consegue gerir essa distribuição das tarefas com menos essas pessoas.

O Sr. Presidente da Junta justificou que sempre se deixou lugares vagos no Quadro de Pessoal, além de, como é do conhecimento público, as contratações estarem congeladas, no Orçamento de 2014 diz que têm de haver uma redução de 50% dos contratados ou 2% dos efectivos, só assim se poderá fazer abrir concurso desde que seja autorizado pelo Sr. Secretário de Estado da Administração Local. No entanto, haverá sempre lugares vagos caso haja uma abertura na Lei.

Passou a falar o Sr. Carlos Gonçalves da CDU, fazendo duas menções. No Quadro de Pessoal aprovado no ano passado constava na freguesia de Alverca, 67 postos de trabalho, em que “não ocupado por tempos indeterminado” existiam 7, “não ocupado por tempo determinado” havia 3, totalizava 10 lugares vagos. Neste momento e neste novo mapa há 4 vagas e vão ser eliminados 9 vagas, já o ano passado não aprovaram o Mapa de Pessoal, porque entendem que havendo lugares e sabendo que há funções a ser desempenhadas na freguesia que requerem uma continuação nesse posto de trabalho e que é recorrente uso de pessoas ao abrigo do POC, em que se mantêm quadros vagos. Também dissemos que a Junta de Freguesia mediante fundamentação também podia abrir concurso. Temos aqui duas situações antagónicas, que aconteceu no Sobralinho, quando da campanha houve mais do que uma pessoa ao serviço da Junta de Freguesia que comunicou que iriam entrar para os quadros da autarquia, não sabendo se entraram se não, quer dizer que ao contrário de Alverca, o Sobralinho optou por postos de trabalho que eram contínuos por admiti-las. As questões que se colocam, dado que foi na altura da campanha, pretende-se saber se o concurso ou admissão foi anterior ou posterior à campanha e qual a data e o tipo de contrato celebrado com esses funcionários. São informações muito importantes relativamente ao enquadramento legal e como para entendimento da situação. Também não estão de acordo com a eliminação destes postos de trabalho, existe nesta freguesia o uso continuado de pessoas ao abrigo do POC e viram no passado uma realidade que não podem permitir que volte a acontecer, a degradação e mau estado de limpeza dos espaços verdes. Durante a campanha e antecendo o ato eleitoral houve intensificação da regularização dessas situações. Hoje, Alverca está substancialmente diferente, os espaços verdes estão mais limpos e agradáveis. Quer dizer que temos de continuar a trabalhar nesse sentido, não podem concordar com este Mapa de Pessoal.

Passou a responder o Sr. Presidente da Junta, dizendo que também não concorda com reforma administrativa que fizeram mas está na lei têm de cumprir. A entrada de pessoas é bastante difícil além disso, também tinham um excesso de quadros que tiveram de adaptar às necessidades financeiras. Relativamente à degradação dos espaços públicos, não concorda, nem colabora, nem a população de Alverca e mostrou essa resposta nas urnas, bem explícita. Já algum tempo que o Sr. Carlos Gonçalves vem tentando denegrir Alverca. Não é por ter havido eleições que Alverca está mais limpa e mais verde. Sobre a situação do Sobralinho, o Sr. Presidente da Junta passou a palavra ao Sr. José Manuel Peixeiro.

Que iniciou cumprimentando toda a Assembleia e passou a responder ao Sr. Carlos Gonçalves que efetivamente sobre o Sobralinho em fevereiro e em junho deste ano, mencionando que a D. Quitéria conhece todo o processo, emitiu contratos a tempo indeterminado dado que o quadro de pessoal do Sobralinho é muito reduzido, é de 16 pessoas mas na realidade eram apenas 14 pessoas e tinham alguns POC's que iniciaram-se assim e depois passaram a contratos a prazo e ao fim de 5 anos criaram os contratos a termo indeterminado de acordo com aquilo que a lei permitia, estes funcionários estão agregados ao quadro de união de freguesias, porque neste momento quadro do Sobralinho este ano é igual ao do ano transato. E ainda existem 2 pessoas que se vão aposentar, uma delas apresentou os papéis em outubro e outra em novembro de 2012. Portanto daqui a alguns meses passaram apenas a ser 12 pessoas. Também foi necessário mais pessoal porque foram criados serviços, nomeadamente no Pavilhão Municipal que tem um horário de segunda a sexta, das 9h às 23h e aos sábados das 9h às 19h. Portanto se foram criados novos serviços também foram criados postos de trabalho. Aumentando a capacidade de trabalho, sem alterar os quadros porque permitia 16 e têm 14. Os contratos a tempo indeterminado foram discutidos e apreciados por todos eleitos pela freguesia do Sobralinho e aprovados por unanimidade.

O Sr. Carlos Gonçalves quis confirmar as datas dos contratos, após confirmação fevereiro e julho deste ano, diz que os funcionários que os contrataram dizem não ter firmado contrato nessas datas. Pergunta qual a data de abertura do concurso. O Sr. Presidente da Junta, para um melhor esclarecimento passou a palavra ao Sr. Cláudio Lotra, fazia parte do executivo da Junta de Freguesia do Sobralinho, em relação ao processo houve dois procedimentos concursais, o primeiro foi aprovado na Assembleia de Freguesia de dezembro de 2012, o procedimento foi publicado em Diário da República em fevereiro de 2013 e os contratos foram assinados em agosto de 2013, o segundo foi aprovado em Assembleia de Freguesia em abril de 2013, publicado em Diário da República em junho de 2013 e os assinatura de contrato em setembro de 2013. Não influenciados pela campanha eleitoral como se pode depreender.

O Sr. Carlos Gonçalves pediu à Sra. Presidente de Assembleia autorização para colocar mais duas questões para esclarecimento. Louvando o enquadramento dessas pessoas no quadro da Junta de Freguesia, apenas quer compreender o contexto de que tal aconteceu. Relativamente ao segundo concurso pretende esclarecer quantos candidatos houve a esse concurso.

O Sr. Cláudio Lotra, respondeu que pode se facultar toda a documentação, que neste momento se encontram agora na sede da União de Freguesias, sobre as aberturas, aprovações, atas de júri, entrevistas em relação a estes procedimentos concursais. No primeiro foram admitidos 2 pessoas, e no segundo foram 3 pessoas admitidas. Relativamente ao número de candidatos não souberam precisar. Toda a documentação se assim o entenderem poderá ser facultada.

O Sr. Carlos Gonçalves de imediato começou por intervir, mas a Sra. Presidente de Assembleia interrompeu-o dando a palavra à Sra. Sofia Pires da Bancada do Partido Socialista.

A Sra. Sofia Pires começou por se dirigir ao Sr. Carlos Gonçalves, dizendo que esteve 12 anos na Presidência da Assembleia de Freguesia do Sobralinho, e lamenta este pedido de esclarecimento agora, porque votaram todas as bancadas, inclusive a CDU, por unanimidade a

possibilidade de alguns trabalhadores que estavam há algum tempo em contrato indeterminado de conseguirem uma estabilidade merecida, em serviços que foram alargados na Assembleia de Freguesia do Sobralinho e é muito estranho que um partido democrático como a CDU que defende os trabalhadores, que esteja a colocar neste momento estas questões e a insinuar situações relativas a campanhas eleitorais que não defendem os trabalhadores e denegriam o órgão que foi eleito democraticamente na altura e que pode afirmar está tudo legalmente, as situações deste processo devidamente acauteladas. Lamenta que a CDU tenha este tipo de postura, porque não era esperada.

Dada a palavra ao Sr. Carlos Gonçalves, reafirmando que não estão contra os trabalhadores muito pelo contrário. Agora querem compreender todo o enquadramento legal deste processo e exigem toda a documentação, para analisar e aprofundar este caso para tirar todas as elações. Trata-se de um direito que os assiste.

A Sra. Presidente da Assembleia perguntou ao Sr. Presidente da Junta se tinha algo a acrescentar, não havendo passou-se à votação.

Interrompendo a votação a D. Quitéria pediu para falar. Foi-lhe dada a palavra, dizendo que tal como o camarada, o Sr. Carlos Gonçalves, foi um trabalhador que durante a campanha fez a pergunta e diz que não foi correta a situação e que foi para a campanha. Adianta a D. Quitéria da CDU, que campanha para o Sobralinho não terá sido porque nem sequer era do Sobralinho. Mas a D. Quitéria esteve de acordo com este pedido de esclarecimento.

Continuando a votação e após algumas dúvidas sobre a votação da D. Quitéria, repetiu-se a mesma.

O Ponto 4 da Ordem do Dia foi aprovado com 11 votos a favor, 7 votos contra e 1 abstenção.

A Sra. Presidente da Assembleia deu início ao 5º. **Ponto da Ordem de Trabalhos “Aprovação do Orçamento de Receita e Despesa, Planos PPA e PPI para 2014”.**

O Sr. Presidente Afonso Costa começou por fazer a apresentação, fazendo uma breve introdução:

“Os documentos provisionais da freguesia para o ano civil e financeiro para 2014 que ora apresentamos e cuja aprovação integra a Ordem do Dia da Secção de Assembleia de Freguesia que hoje realizamos foram elaborados num momento particularmente difícil da vida do país, marcada por uma grave crise social, económica e financeira.

Este é um documento realista, objetivo e rigoroso que se traduz na continuidade de uma gestão sólida, equilibrada e transparente das contas que com nos habituamos nos últimos anos, este orçamento vê os seus valores reduzidos em relação ao orçamento conjunto da União das Freguesias de Alverca do Ribatejo e Sobralinho em 2013, em 150 mil euros, cerca de 9%.

Na análise da redução das receitas, importa referenciar em primeiro lugar a quebra das receitas em: a ocupação da via pública, publicidade comercial, em concreto com a grande incógnita sobre o licenciamento zero, qual o impacto que esta aplicação irá ter na ter na União de

Freguesias e também no mercado e feiras, que também tem vindo a ter quebras significativas nestes últimos tempos.

Nestes documentos agora em apreciação, assumem particular importância, as questões da limpeza urbana, da mobilidade, da manutenção de espaços verdes, a continuação da aposta da requalificação e construção de caminhos pedonais e calçadas, na renovação do mobiliário urbano e na criação de bolsas de estacionamento.

De referir que a atribuição dos apoios e subsídios em valores idênticos aos de 2013 ao movimento associativo da União vai ser uma realidade, vamos continuar com os protocolos na área de formação cultural e desportiva, a continuação do apoio às tradicionais Festas de S. Pedro e da Cidade e às Festas do Divino Espírito Santo no Sobralinho, a continuação das atividades, como, o Passeio Sénior, o Maio Cultural, Cultura Alverca, a Feira de Arroz Doce e Artesanato.

Este documento inicial foi remetido a todas as forças políticas com assento na Assembleia de Freguesia no entanto, de todas as forças políticas, só a Coligação Novo Rumo participou e assumiu de forma responsável esta participação, contribuindo para o enriquecimento deste documento que hoje aqui trazemos.

Não posso terminar sem deixar uma palavra de reconhecimento para enaltecer os trabalhadores da união das freguesias que são o suporte e organização e a imagem do trabalho, e da dedicação que colocam todos os dias ao serviço da população.”

Terminou agradecendo, dirigindo à Sra. Presidente de Assembleia referindo que sobre o orçamento próprio, o Senhor José Manuel Peixeiro, Tesoureiro, iria fazer uma explanação.

Tomou da palavra o Sr. José Manuel, declarando que também irá fazer uma pequena introdução na apresentação do orçamento para depois se poder explanar efectivamente os valores para o orçamento de 2014. Assim:

“O Orçamento para ano de 2014 que o executivo da União das Freguesias de Alverca do Ribatejo e Sobralinho apresenta nesta Assembleia de Freguesia é um plano com elevado rigor orçamental.

Conhecida que é de todas a crise económica que o país atravessa, crise essa que também afeta as autarquias locais, compreende-se facilmente que os documentos que hoje se apresentam identificam uma redução significativa nas receitas, valores esses que contribuem para execução orçamental conforme a seguir se discrimina:

- No ano de 2013 os valores provisionais e fatuais na receita foram de 1.848 mil Euros*
- No ano de 2014 os valores provisionais e fatuais na receita será de 1.692 mil Euros*

De referir que o presente orçamento corresponde ao somatório da união de freguesias, o que reforça ainda mais o rigor a ter na sua execução.

Apesar das competências das juntas de freguesias ser essencialmente de gestão corrente, o presente orçamento apresenta uma verba para investimentos correspondente a 12%, que refere 196.840€, o que significa que este executivo pretende dar também atenção a despesas de investimento nas duas de freguesias para obras de relevo conforme demonstra o PPI e Anexos.



Após esta introdução apresentamos e explanamos os elementos financeiros necessários, colocando à disposição dos eleitos nesta Assembleia de Freguesia, de toda a informação por forma a facilitar uma melhor leitura no entendimento dos documentos que V. Exas. irão apreciar e votar de acordo com as responsabilidades que vos foram conferidas.”.

Assim sendo, continuou por dizer o Sr. Manuel Peixeiro, nas receitas efectivamente o valor global do orçamento é de 1.692.423€, quer referir o seguinte, que nas transferências correntes que são valores fatuais, correspondentes a valores da Administração Local e Central reportam a 1.221.823€ corresponde a 72,2%, ou seja, quer com isto dizer comparando com as tais despesas, em que a maior são as despesas de pessoal estão salvas para o ano de 2014 pela União de Freguesias Alverca e Sobralinho, que representa um valor fatural 1.086.313€ correspondente a 64%, quer isto dizer que sobram-nos aqui 8%.

Na receita ainda pode-se dizer que nos Impostos Directos, tem 169.381€, nas Taxas, Multas e Outras Penalidades 164.080€ e ainda nas Vendas de Bens e Serviços Correntes 127.950€, estes três itens, representam 27% da receita, a que corresponde 451.000€. Na despesa temos, Aquisição de Bens e Serviços, no fundo é o que faz movimentar toda a logística da União de Freguesias de Alverca e Sobralinho, no valor 382.570€ que corresponde a 22,6%, e aquilo que se referiu na Classe 7, Aquisição de Bens e Capital, os tais investimentos, o tal PPI 196.840€, corresponde a 11,63%, fazendo tanto na receita com na despesa 1.692.423€, quer com isto dizer que o Orçamento para 2014 para a União de Freguesias de Alverca do Ribatejo e Sobralinho, é um orçamento equilibrado, muito equilibrado com uma saúde financeira de relevo. E deu como explanado os valores do Orçamento para o ano de 2014, ficando à disposição para qualquer intervenção.

A Sra. Presidente da Assembleia verificou as inscrições e definiu 10 minutos para cada bancada.

Começou por falar o Sr. José Chumbo, que inicializou a intervenção afirmando que depois de apresentação do orçamento, quer por Sr. Presidente do Executivo, quer pelo Sr. Tesoureiro, o Orçamento foi esclarecedor, de facto está bem justificado, bem fundamentado. O orçamento é exequível, tem sustentabilidade e temos que realçar o empenho deste Executivo, estar a garantir os salários da União de Freguesias. É de louvar este esforço e esta garantia. Referiu ainda o seguinte, que é visível as consequências destas uniões, porque o somar das partes não vai dar mais mas menos, mais uma vez a louvar e dar um voto de confiança, de que com menos se vai fazer mais, levar a cabo as obras que estão programadas e satisfazer as necessidades dos fregueses. Da parte da bancada do Partido Socialista, nada mais a acrescentar.

Seguiu-se a D. Maria do Carmo, da bancada do Bloco de Esquerda, referindo-se a que algures no orçamento observou que estava contemplado uma verba para Caminhos-Trilhos Rurais, o que pretende saber é se aquele que caminho que liga o ADARSE à Estrada Nacional 10, com o centro de Alverca, estava considerado nessa verba. Porque se tem de apoiar as comunidades locais existentes e dar-lhe dignidade, o que ADARSE ainda não tem. Deve-se garantir a acessibilidade e infra-estruturas que o ADARSE não tem. Aquele caminho que liga ao ADARSE é deplorável, mas se existe a tal verba saber se contempla ou não. Se de facto não, gostaria que revissem o orçamento.

Depois existem algumas questões pontuais, por exemplo, no Quadro Resumo verifica-se nas receitas de capital, o montante 10.400 € e depois nas despesas de capital 196.840 €, a questão é se vão tirar da receita corrente para as receitas de capital, solicita um pedido esclarecimento.

Na página 1, no Orçamento da Receita, no ponto 060501, fala em duodécimos que recebem e o montante apontado é de 819.238€, concluiu-se que são transferências da Câmara Municipal. O que verificou foi que no Orçamento da Câmara é que têm 2.318.172 € para transferências para as freguesias, portanto Alverca e Sobralinho vai receber cerca de um terço dessas transferências, quer dizer que estão bem contemplados. A dúvida é se será mesmo assim, se não haverá nenhum lapso.

Na página 2 do Orçamento da Despesa, no ponto 020108, relativamente a Material de Escritório, tem uma despesa de 4.560€ o que parece-lhe muito elevado. Pretende esclarecimento.

Na página seguinte, no ponto 020110, em Comunicações, Transporte e Serviços, tem valores que acha exorbitantes. Na rubrica de Representação de Serviços gostaria que lhe fosse explicada esta representação. E relativamente aos Transportes se incluem transportes escolares.

No Orçamento da Despesa, no 070104, Construções Diversas que totalizam 148.300€, mas 07010413 tem "Outros", enquanto que todas as outras rubricas estão especificados esta não. Pergunta se será para o Orçamento Participativo.

Na rubrica para a Revista Informativa da Junta tem 4.550€. parece-lhe muito e propunha que passem a usar um papel menos caro para a informação da Junta.

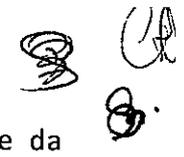
Antes de terminar a intervenção, perguntar relativamente ao Orçamento Participativo, ou se como agora houve reunião de freguesias se terá que haver uma outra para o Orçamento Participativo. E também não viu nenhuma resposta para emergência social.

Foi dada a palavra ao Sr. Helder Careto da Coligação Novo Rumo que tem algumas dúvidas a colocar e uma declaração de voto, que deixará para o fim.

Relativamente ao orçamento, vão-se gastar 64% em Custos de Pessoal mas depois por exemplo, nas Limpezas de Higiene e Conversação de Bens, pergunta se não há funcionários na Junta que possa assegurar estes serviços, como a limpeza e manutenção de jardins.

Na rubrica, Comunicação e Seguros, pergunta se o executivo considerou a possibilidade de negociação de pacotes, relativo às comunicações e diversos de seguros que normalmente se consegue reduções de preços bastante assinaláveis.

Em relação às receitas de Publicidade não se sabe muito bem como as coisas irão evoluir, nomeadamente o protocolo a sucessão de competências e a lei relativamente a estas questões, sendo um orçamento provisional poderá ter que vir a ser alterado havendo revisão desta matéria, relativamente às receitas e despesas, porque não havendo dinheiro não se poderá gastar. Deu por terminada a sua intervenção.



Seguiu-se o Sr. Carlos Gonçalves da bancada da CDU, que dirigindo à Sra. Presidente da Assembleia fazendo um reparo, afirmou que não é possível preparar uma Assembleia de Freguesia com o tempo é que é enviada a documentação. A documentação deve ser entregue com 10 dias de antecedência conjuntamente com a convocação. Saíram os Editais e a documentação nada. Não se pode continuar a trabalhar assim, é preciso tempo para preparar as reuniões. Espera que na próxima esse facto seja corrigido.

Relativamente ao orçamento é inevitável que o mesmo já reflete cortes previsíveis, como já disse a bancada da Coligação Novo Rumo, no que diz respeito à publicidade.

Nomeadamente, à emergência social não se vê nenhuma ação de relevo. Como já o criticámos no orçamento anterior, numa sociedade em que as desigualdades e desumanidade é cada vez maior, a comunidade agarra-se ao poder local na tentativa de uma ancoragem. E neste orçamento não se nota essa tentativa de ancoragem.

Em termos técnicos não se pronunciam em relação ao orçamento, existe uma ou outra rubrica que também pretendiam um esclarecimento mas a maioria já foi colocada pela bancada do Bloco de Esquerda.

Desde já manifestam uma declaração de voto contra porque não se refletem nele, nem reflete aquilo que gostariam de ver, a nível de projetos e as congregações para a cidade de Alverca.

Passada a palavra ao Sr. Presidente do Executivo pela Sra. Presidente da Assembleia, que passou ao Sr. Tesoureiro, dirigindo-se à Sra. Maria do Carmo do Bloco Esquerda, disse que a mesma ao analisar o orçamento confundiu uma série de questões, efectivamente existem receitas e despesas, são fatuais, o resto é tudo previsionar, as receitas são que vem da Administração da Local e Central, que há 99% de certeza que se pode trabalhar e com essas que temos colocar as nossas responsabilidades, nomeadamente as despesas com o pessoal. Depois temos as outras receitas, que são as previsionais, ou melhor os Impostos Directos, Taxas, Multas e Outras Penalidades, Venda de Bens e Serviços Correntes, esse conjunto de receitas é que perfaz um valor global de 1.692 mil €.

Nas despesas correntes têm as despesas com o Pessoal e depois a outra classe de os encargos de Aquisição de Bens e Serviços que é a parte logística que faz movimentar a freguesia e depois a Classe 7, temos as despesas de capital e nessas é que está os PPI, os tais 196.840 €, que englobam escolas, viadutos, parques, jardins e relativamente para caminhos, viadutos e obras complementares têm uma verba de 71.680 €, não sabendo se está contemplada a obra mencionada pela D. Maria do Carmo. Concluindo a Junta de Freguesia quando recebe todos os valores quer previsionais quer fatuais é tudo para corrente, só que esta Junta consegue ainda tirar 12% para obras de investimento na freguesia, que muitas freguesias deste país não tem esta prioridade porque não tem estes valores, isto é que é de realçar.

O PPI que é o Plano Plurianual de Investimentos, onde estão os 196 mil €, que o Sr. Presidente vai explicar exatamente os investimentos e no PPA que é o Plano Plurianual de Acções, onde estão também todos os outros valores.

Os Senhores podem votar como entenderem, mas quando se vai votar contra um orçamento, mas com um orçamento, em que transferências correntes 1.221 mil € e que as despesas de pessoal estão salvaguardadas e não falha rigorosamente nada, quando temos 1.086 mil €. É um orçamento com todo o rigor para as Freguesias.

Falou o Sr. Presidente do Executivo, sobre os caminhos, os caminhos que existem rurais e que estão nessa rubrica são ADARSE e Arcena. Especialmente Arcena porque existem várias AUGIS, especialmente nas Areias. Sobre o valor da transferência da Câmara Municipal é o mesmo que era 2012 e 2013, somos uma união muito grande, por exemplo, há freguesias não aceitaram a gestão dos mercados, há as que não aceitaram a limpeza edifícios municipais portanto existem protocolos para os serviços que prestamos.

Relativamente às comunicações que englobam telefone, internet entre as delegações, está-se a tentar fazer negociações, mas muitos dos operadores obrigam a cumprir os contratos em vigor, e o não cumprimento dos mesmos trazem grandes penalizações. Pretende-se também reduzir apenas a uma operadora e não três existentes neste momento. E quanto maior o pacote melhor o preço. Estamos atentos à situação.

Quanto aos transportes, na rubrica 020210, o Sr. Presidente Afonso Costa diz que, existem muitas pessoas do Fundo de Desemprego ou são dos projetos dos carenciados, caso estejam distanciados a mais de 2 km têm de ser pagos subsídios de transportes e esses valores são pagos pela União.

Em relação ao Serviços de Representação, e que se falou que era pequeno, esse valor diz respeito a um falecimento de alguém ligado à freguesia, funcionário, membro assembleia que se entrega uma coroa de flores, etc.

Sobre o Orçamento Participativo, está aqui uma verba de 28 mil €, mencionado relação entre o orçamento e PPI inicial, na rubrica Verbas relacionadas com Orçamento Participativo – Obras a Definir, tem previsto para Alverca 15 mil € e 5 mil € para o Sobralinho, ir-se-á ver mais para frente em condições, houve muito atraso nas obras do orçamento participativo este ano que não vai ser concluído, há muito processo de execução que terá de ser feito para a próximo ano.

Relativamente à publicidade, especificamente à Revista da Junta, é preciso nessa revista fazer obrigações públicas, poderia-se fazer em jornais mas foi uma opção fazer a revista.

Respondendo ao Sr. Helder Careto, nas comunicações é intenção reduzir custos com renegociações e uma única operadora, neste momento não é possível por haver contratos a decorrer.

Nomeadamente sobre a publicidade e ocupação da via pública, existe aquela questão sobre o Licenciamento Zero, já se fez a pré-adesão ao balcão empreendedor, ter acesso e colocar as nossas taxas, mas a nova Lei nº.75, a ocupação da via pública é uma inerência própria da Lei que é uma competência da Junta de Freguesia.

Estamos a contar com alguma quebra, mas se for necessário fazer um orçamento rectificativo, será feita a correcção, porque isto é apenas uma previsão.

Em relação à contratação de serviços, não se consegue dar resposta aos 240 mil metros quadrados de relva para tratar e manter com o pessoal existente. Neste momento, em especial na parte mais alta e mais afastada da freguesia, na zona de Bom Sucesso e Arcena, existe uma empresa para fazer os serviços de manutenção dos espaços verdes, porque só em transportes para levar e trazer as pessoas perdia-se muito tempo, além do pouco pessoal que se têm. No Bom Sucesso como é habitual há muitos anos, têm uma empresa, em que abrem um concurso de 2 em 2 anos, dado que tem feito um bom trabalho e estão bastante satisfeitos.

A resposta à questão do Sr. Carlos Gonçalves sobre o prazo de envio da documentação, informou que apenas no dia 4 de dezembro soube-se o valor que era transferido, só aí se pode trabalhar no orçamento. Mas no dia 6, passado dois dias, enviaram o projeto de orçamento para todas as bancadas, que é praticamente igual. Entre o projeto inicial e este, só tem duas alterações que resultaram de duas sugestões que bancada da Coligação Novo Rumo apresentou. O produto final só poderá ser feito depois daquele período em que as bancadas têm de se pronunciar, o que aconteceu na quinta-feira às 18h e meia hora depois, houve reunião pública, a mesma seguiu de imediato. Foi um ano de eleições, de reforma administrativa e não se pode fazer mais.

Terminado a intervenção do Sr. Presidente, colocou-se à disposição de todos sempre que o entenderem.

A Sra. Presidente de Assembleia deu a voz à D. Maria do Carmo, para dizer que de facto não fez confusão, nem disse que o orçamento estava mal feito tecnicamente, as questões que colocou não chegou ao fim porque o tempo foi pouco, não se preparou devidamente por impossibilidade pessoal, porque levantou os documentos no dia anterior.

Não concorda com tanta despesa relativamente às comunicações e relativamente aos transportes, acha que os transportes escolares fazem falta, por exemplo, aqueles lugares que estão mais isolados que não tem grandes acessibilidades é uma questão a pensar e a estudar, nomeadamente, À-dos-Melros, Areias, À-dos-Potes, se não haverá crianças com necessidades para a deslocar para a escola.

Aproveita também para fazer uma declaração de voto, fica satisfeita por saber que está contemplado um orçamento participativo e com aumento de verba, porque obviamente aumentou geograficamente o território. Não pode concordar com algumas prioridades que estabeleceram, como a questão da revista. Acha que existem alguns dinheiros mal gastos que podiam ser orçamentados de outra maneira, assim como não viu uma resposta à emergência social, portanto vai-se abster. Não consegue votar contra por estar considerado o orçamento participativo.

Responde o Sr. Presidente dizendo que relativamente aos transportes escolares a União está bem fornecida ao ensino básico. No que diz respeito ao ensino secundário, até mesmo de

Arcena e do Bom Sucesso para a Escola Gago Coutinho têm o passe social. Levantaram-se várias vozes em desacordo, porque afirmam já não existir essa comparticipação.

O Sr. Presidente do Executivo vai confirmar e informa a Assembleia na próxima sessão.

A outra questão, a parte social têm uma verba de perto de 4 mil euros, mas também trabalham em rede, que trabalham muito bem como movimento associativo da freguesia e tem dado respostas a todas as solicitações que chegam, não há ninguém na união das freguesias que fique com fome, tem apoio de várias instituições com Banco Alimentar e cantinas sociais, nomeadamente, duas cantinas em Alverca, na Casa de S. Pedro e no CASBA e no Sobralinho uma, no Centro Desenvolvimento Social e vai haver mais uma cantina social. Existem cabazes com o apoio da Câmara.

A D. Maria do Carmo começou por interromper levantando questões sobre a atividade do CASBA, a Sra. Presidente de Assembleia disse ser outra questão.

Passou-se à votação por ordem da Sra. Presidente de Assembleia.

O Orçamento foi aprovado com 11 votos a favor, 6 votos contra e 2 Abstenções.

Terminada a votação, a Sra. Presidente da Assembleia pediu silêncio nas bancadas e deu a palavra ao Sr. Helder Careto para apresentação da sua declaração de voto.

Agradeceu e passou a apresentar a declaração de voto “Orçamento da Receita e da Despesa, Planos PPA e PPI para 2014”

“Tal como aconteceu em mandatos anteriores, com resultado das diferenças programáticas de natureza política que nos caracterizam, continuamos a defender estratégias de desenvolvimentos assentes em objetivos, prioridades e opções diversas daquelas que nos são propostas.

Conscientes das dificuldades conjunturais nacionais e internacionais que afetam um país periférico e independente como é Portugal, conscientes da realidade que nos envolve e conheceres dos anseios da população com realismo, sugerimos ao abrigo do estatuto de direito de oposição algumas propostas passivas de integrar o documento em apreço.

Não fizemos nem nunca faremos propostas irrealistas e demagógicas, atualmente no País, no Concelho, na União de Freguesias, passamos por um grande desafio, fazer os investimentos necessários em tempo de crise.

Estas propostas resultam do Programa e Visão que a Coligação Novo Rumo tem para a União de Freguesias e pretende contribuir para criação de novas dinâmicas em duas áreas que consideramos prioritários. Pensámos ser imperioso apostar mais no desenvolvimento económico na União de Freguesias, bem como a organização e funcionamento da Junta de Freguesia, assim atendendo em que entre outros, pautamos a nossa ação pela defesa específicas e diferenciadas no desenvolvimento económico e na defesa do comércio local, propusemos:



- *Iniciativa de Dinamização para o Comércio Local*

Para a Coligação Novo Rumo, a dinamização do comércio local é crucial para vitalidade da freguesia pelo consideramos que deverá constituir uma das preocupações da Junta de Freguesia. Esta proposta da Coligação do Novo Rumo pretende apelar há mobilização das empresas do comércio local para que sejam mais competitivas e capazes de concorrer com as grandes superfícies aqui existentes.

Consideramos ser necessário investir com interesse e empenho na organização da Junta de Freguesia pelo que propusemos:

- *Concurso de Ideias para Colaboradores da Junta de Freguesia*

Para a Coligação Novo Rumo, os serviços da autarquia podem ser sempre melhorados, independentemente da gestão política em curso e principalmente agora com a União de Freguesias de Alverca do Ribatejo e Sobralinho.

Os funcionários e colaboradores da Junta de Freguesia representam uma fonte ideias essencial para garantir uma gestão eficiente, as ideias provenientes dos colaboradores e funcionários podem ser extremamente importantes para melhoria dos processos e sua adaptação a um funcionamento mais competente tendo em conta a realidade do trabalho quotidiano do serviço público.

Por isso propusemos um estímulo à apresentação dessas ideias através da criação de um concurso que premeia as melhores ideias que podem ser implementadas nos serviços sendo para tal criado um regulamento, assim no contexto da atitude política e construtiva que constituí a nossa ação no presente mandato, conscientes que as medidas que propusemos de algo modo foram acolhidas e não pretendemos ser força política de bloqueio da actividade autárquica.

Decidimos que a posição mais adequada a tomar face ao documento apresentado, é o voto a favor.

Se este plano e orçamento não for cabalmente executados não serão os eleitos da Coligação do Novo Rumo nesta autarquia que sairão desonrados por terem optado por o apoiar de modo justificado, mas os que tendo nas mãos o poder de execução do que foi aqui planeado, não vierem a honrar o compromisso aqui tomado.

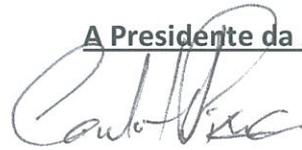
Muito Obrigado.”

Não havendo mais intervenções passou-se à leitura da ata minuta, pela 1ª Secretária Sra. Luciana Nelas, tendo sido a mesma votada e aprovada por unanimidade.

O Sr. Presidente de Executivo, os Membros dos Executivos e a Mesa de Assembleia desejou um Santo Natal e Excelente 2014.

Não havendo mais nada a acrescentar, a sessão da Assembleia de Freguesia foi encerrada.

A Presidente da Assembleia de Freguesia



A Primeira Secretária



A Segunda Secretária

